

# Ordens urbanas ou Ordens do rei? Urbanismo das Ordens Militares no Portugal dos séculos XII a XIV

*Luísa Trindade*

Universidade de Coimbra

O alinhamento de um conjunto de casos de núcleos urbanos sob jurisdição das ordens monástico-militares do Templo, de Santiago e Avis é o mote para alargar a reflexão sobre práticas urbanísticas em uso em Portugal nos séculos XII a XIV. Todavia, a escassez de estudos neste âmbito específico, apesar do enorme investimento historiográfico que as milícias têm captado nas últimas décadas, aconselha a moderar os objectivos. Assim, de forma necessariamente exploratória, pretende-se, por ora, responder a uma questão precisa: em que medida a sua ação na apropriação dirigida do território, com a fundação de núcleos urbanos como instrumento de controle, foi devedora das práticas que, ao mesmo tempo, eram implementadas pela coroa do norte a sul do reino?

Por isso se começa com a apresentação de um caso de fundação régia, Vila Real de Panoias, selecionado pelo volume e alcance das pistas documentais relativas ao processo, a que se associará um conjunto de opções e características formais identificadas a partir da análise de um amplo conjunto de casos em que as matrizes originais são ainda hoje facilmente perceptíveis no terreno. Será essa a base de comparação com os territórios cuja defesa e povoamento ficou a cargo das Ordens.

Vila Real (de Trás os Montes), é um exemplo paradigmático do que em termos de práticas urbanísticas pode ser descrito como uma ação *top-down*: quando um promotor (público ou privado, singular ou colectivo) toma a iniciativa nas suas mãos, dando corpo a uma intenção, ideia ou plano que afecta a todos e a todos é imposto. Caracteriza-se por ser uma ação concertada e prévia ao ato de urbanização, sendo o resultado previsto<sup>1</sup>. Em suma, é a par-

---

<sup>1</sup> *Top-down* e *bottom-up* (o oposto) são termos desenvolvidos no âmbito do estudo dos fenómenos de processamento de informação que, pelo seu carácter operativo, foram

tir de uma ideia do todo (*the big picture*) que se organizam as partes, mesmo que o resultado final nunca seja o seu decalque absoluto. São processos que, por norma, dependem da interação de pelo menos cinco vetores: um promotor, um contingente populacional e um mediador de ambos, responsável pelo cumprimento de um conjunto de princípios previamente acordados entre as partes. Acresce a necessidade de um território disponível e a concretização da intenção num curto espaço de tempo, única forma de controlar o resultado.

Em Vila Real é do monarca – D. Afonso II inicialmente, D. Dinis depois<sup>2</sup> – que emana a decisão de fundar um novo núcleo urbano, por considerar ser esse “o logar mays convenhavel pera sse fazer hy forteleza”. Estratégia de âmbito militar secundada, como o rei revela, “per conselho dos prelados e dos homes bõons dos [seus] Reynos e de [sua] Corte”.

A própria escolha do nome da vila integra-se na ação propagandística que tão frequentemente enforma este tipo de ação: “Vila Real” denuncia a iniciativa régia e com ela toda a carga de contrapartidas associada: umas especificamente acordadas para a ocasião e com um prazo de vigência mais ou menos curto, como isenção de taxas ou concessão de privilégios; outras decorrentes de um quotidiano mais livre e justo que, decidido pela própria população através dos membros por ela eleitos, responde apenas perante o rei, por

---

adoptados e adaptados por áreas do saber tão distintas quanto a gestão ou a psicologia. Também no urbanismo se revelam especialmente úteis para caracterizar a forma como as decisões são tomadas e as transformações operadas. Num sistema *bottom-up* a chave reside no conjunto de iniciativas: a cidade cria-se ou transforma-se pela soma de múltiplas vontades, que ocorrem de forma simultânea e consecutiva. Nestes casos é pela junção e interação das partes (o chamado *piecing together*) que se chega ao todo, não sendo possível no decorrer do processo prever o resultado final. Esta modalidade não é, todavia, desprovida de ordem, muito menos de lógica. Designada como orgânica (de órgão), aditiva (de soma das partes) ou informal (no método e não na ausência de forma), a cidade resultante de processos *bottom-up* baseia-se essencialmente nas tradições, costumes ou cultura colectiva. Ambos os sistemas surgem adotados em praticamente todas as civilizações, culturas, geografias e cronologias, não sendo lícito hierarquizar qualquer deles em termos qualitativos, seja do ponto de vista estético, seja na perspectiva funcional. Este binómio remete ainda para uma outra questão importante: a consciência (ou não) do fazer cidade. A iniciativa, no singular, qualquer que seja o seu promotor, tem no ato de urbanização consciência plena de estar a criar cidade ou parte de cidade. As iniciativas, no plural, de cada um dos habitantes e de todos em simultâneo são também responsáveis pelo fazer cidade, mas como “arte inconsciente da comunidade” (Rossa, 2000). No tipo de inquéritos em que este texto se insere, torna-se por isso mais fácil recorrer a ações *top-down* quando o objetivo é detetar políticas urbanísticas intencionais, como as que responderam ao desígnio de defesa e povoamento.

<sup>2</sup> A documentação relativa a Vila Real, incluindo os três forais, foi publicada por Azevedo, 1899: vol. VIII: 562-564, vol. X: 824-827 e vol. XI: 943-947. Para um maior desenvolvimento deste processo de fundação veja-se Trindade, 2013: 102 e ss.

inerência, o mais justo dos senhores. Para os potenciais colonos ou povoadores, como a documentação os nomeia, topónimos como Vila Real, Vila de Rei, Vila Franca, Vila Segura, Salvaterra, Montalegre, Vila Boa ou Vila Formosa, entre outros, soam de forma auspiciosa, prometendo segurança, proteção régia, um menor peso da carga fiscal ou incentivos a uma maior dinâmica comercial. Para o monarca, por seu lado, constituem um estímulo à captação de gentes, única forma de fazer vingar o novo núcleo e, através dele, contrabalançar outros poderes instituídos na região e no reino. É a cidade como polo de poder e, nesse sentido, instrumento privilegiado na definição, defesa e controlo do território. Porque era disso que se tratava: fazer chegar a todo o reino o mando régio ou, como sugestivamente escreveu Armando de Sousa, “pôr olhos, ouvidos e mãos de rei, em todo o lado”<sup>3</sup>.

A articulação entre o promotor e os colonos é feita no terreno pelos “povoadores del rei”, agentes intermediários de formação e categoria muito variada, assistidos nos trabalhos por escrivães e homens-bons da região que, registando por escrito uns, testemunhando outros, conferem peso ao ato fundacional. Em Vila Real competiu a Rui Gonçalves, comendador de Barroso, e Pero Anes, clérigo do rei, desempenhar esse papel, precisando o sítio exato para a instituição do núcleo, procedendo às trocas e compras necessárias à constituição da vila e termo<sup>4</sup>, aliciando os colonos entre os habitantes dispersos das terras vizinhas.

Mil povoadores foi o que D. Afonso III idealizou, número claramente exagerado, mesmo por padrões europeus. Por isso, numa segunda tentativa de fazer vingar a vila, D. Dinis reduziu-o para metade. O que ainda assim representa a cifra mais elevada conhecida para o território português. As dificuldades sentidas na captação de colonos alonga o período de negociações obrigando a prometer mais e a exigir menos: D. Dinis compromete-se a construir um muro “logo e boo” e a fundar a igreja sob a invocação de S. Dinis, seu santo protetor, ao mesmo tempo que desce a renda anual de 1500 para 1000 maravedis. É também ao povoador que cabe a repartição dirigida do espaço: as quinhentas courelas são “partidas e demarcadas per minha carta e per meu pobrador” estabelece o rei. Repartição que engloba os talhões agrícolas no termo e as parcelas urbanas, preferencialmente no interior da muralha, “e con estas coyrelas auer cada homen hua casaria dentro no castelo quantos hy poderdes caber, e os outros no arrabalde”.

É esta repartição supervisionada que, sobrepondo-se à soma das vontades individuais, explica a expressão morfológica regular e ortogonal que, por

---

<sup>3</sup> Sousa, 1993: 373.

<sup>4</sup> Sobrevivem pelo menos dois destes padrões de pedra, um deles conhecido como “Marco da Redonda”, atualmente expostos no Museu da Vila Velha.

norma, anda associada a ações de fundação ou processos *top-down*. Sobretudo quando o processo ocorre num intervalo de tempo relativamente curto, aquele em que, sob pressão do promotor e dos seus agentes, a *regra* permanece atuante, sob pena de sanções várias. Por isso em Vila Real o rei determina que “todo Pobrador daquele dia que começar a Pobrar ata tres anos faça casa e vinha...”. Expressão formal que faltava corroborar, já que, apesar de todos estes testemunhos escritos sobre o processo de fundação, o resultado material daí decorrente era, até há muito pouco tempo, totalmente desconhecido, permanecendo a pequena capela funerária de S. Brás quase como testemunho isolado da ocupação medieval, facto explicável pelo progressivo despovoamento e abandono da Vila Velha<sup>5</sup> e pelas transformações ocorridas no século XIX, com a criação do cemitério de S. Dinis.

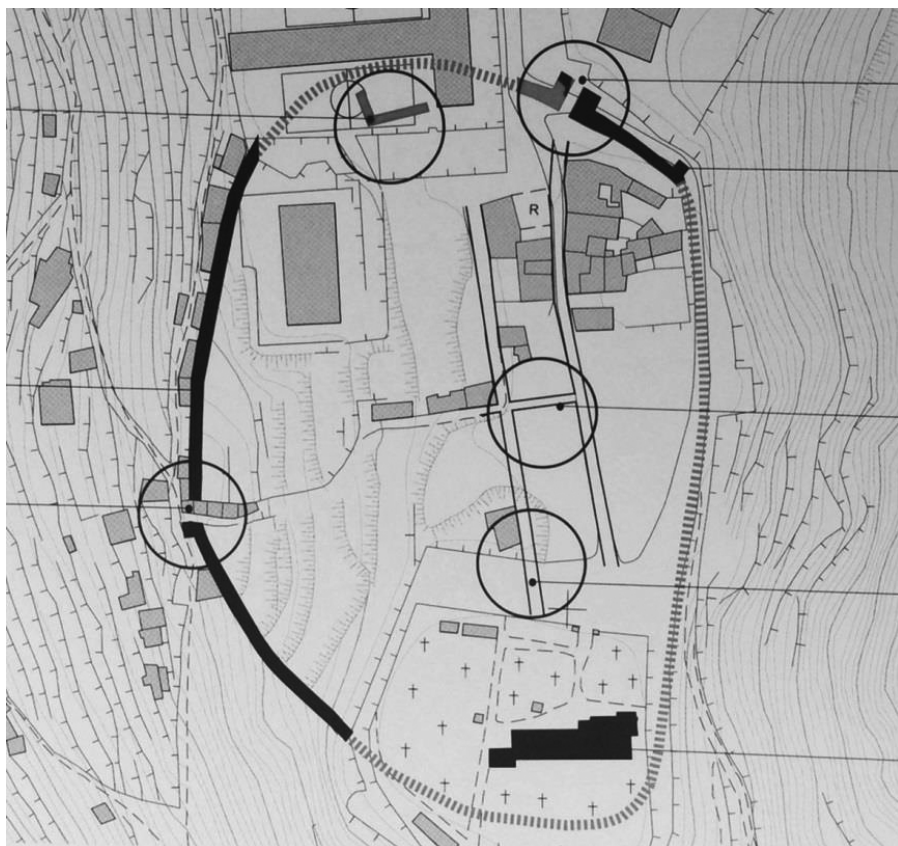
Nos últimos anos, todavia, assistiu-se à completa inversão da situação podendo afirmar-se que Vila Real constitui hoje um dos raros exemplos em que o urbanismo medieval é o principal protagonista de uma ação concertada de valorização patrimonial. Na sequência das campanhas arqueológicas iniciadas em 1996 e de um amplo investimento realizado no âmbito do *Programa Polis Vila Real*, é agora possível compreender a estrutura urbana original pela articulação discursiva montada a partir do museu-centro interpretativo, das estruturas arqueológicas conservadas *in situ* e dos arranjos de alguns dos sectores escavados, tais como a porta norte e os panos de muro que a envolvem ou os arruamentos identificados no topo superior do cabeço muralhado<sup>6</sup>. A planta aqui reproduzida, desenhada na sequência dos trabalhos realizados, confirma a regularidade da estrutura urbana, bem como a *composição* do casario organizado segundo um sistema rua-travessa, enquadrado no topo norte pela alcáçova e no topo sul pela igreja de S. Dinis.

Na realidade, também nisso Vila Real é paradigmática. Como qualquer núcleo urbano já consolidado, a cidade de fundação constituía a resposta a três funções elementares: a defesa de corpos e bens, o apoio espiritual e as estruturas de suporte ao povoamento concentrado. De facto, estruturas militares (castelo e/ou cerca), igreja e um conjunto de parcelas (urbanas e rurais) determinado em função da população esperada, são os três elementos fundamentais de qualquer vila nova.

---

<sup>5</sup> O despovoamento da cerca começa a fazer sentir-se logo em finais do século XIV. Sousa, 1989: 278.

<sup>6</sup> Sobre todo este processo veja-se Teixeira, 2008.



Planta de Vila Real (Teixeira, 2008)

A implantação demonstra o exercício de uma grande margem de liberdade em função de um conjunto de características avaliadas *in loco* pelo povoador: o potencial defensivo, com o aproveitamento das curvas de nível e de acidentes naturais para a cerca; os pontos onde a defesa era mais fácil ou necessária para definir a localização do castelo; a orientação a nascente para o templo; o alinhamento em função do caminho, da melhor exposição solar ou da facilidade de drenagem de águas, no que toca ao casario. Por isso os três elementos surgem invariavelmente dissociados entre si: próximos, mas trabalhados em separado, permitindo a articulação mais eficaz de acordo com as potencialidades ou limitações de cada caso. Em síntese, tudo parece indicar um processo em que os homens responsáveis pelo *fazer cidade* partiam para o terreno munidos, não de uma peça desenhada, rígida e pré-

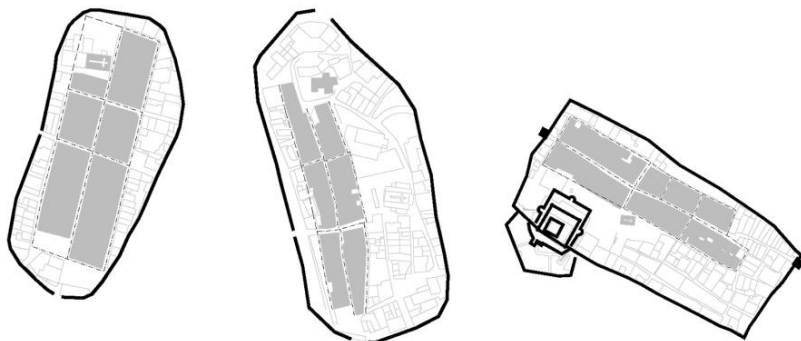
-concebida<sup>7</sup>, mas de uma ideia ou programa cuja execução assentava sobre um conjunto de procedimentos simples e rotinados, com destaque para o entendimento do território no ato de *arruar*; a prática generalizada de uma repartição equitativa das parcelas, que não só facilitava a distribuição como a cobrança de rendas; ou o recurso a uma geometria elementar cuja efetivação dependia, no limite, de uma corda e uma dimensão padrão. Por isso, formalmente, as cidades portuguesas de fundação são tão diferentes entre si quanto próximas umas das outras.

Essas necessidades e rotinas justificam algumas invariantes formais que sumariamente se elencam e ilustram, pela sua utilidade no confronto que se pretende estabelecer com as iniciativas de povoamento levadas a cabo pelas diferentes ordens monástico-militares:

- autonomia física dos vários elementos (castelo, igreja, casario);
- ortogonalidade da rede viária e do parcelário;
- parcelário regular ao longo de uma via (frequentemente preexistente) segundo lotes estreitos e compridos, encostados lado a lado e com recurso a parede meã;
- sucedâneos da unidade base do parcelário – o lote – os quarteirões são retangulares, estreitos e compridos;
- interrupção das fiadas de quarteirões por travessas, permitindo o atravessamento perpendicular;
- hierarquização viária segundo o sistema de ruas e travessas ou ruas de fachada e ruas de traseiras;
- distanciamento uniforme das ruas (medidas de eixo a eixo);
- dimensionamento da secção da rua proporcional à dimensão do lote;
- modulação com base no quadrado e na sua evolução algébrico-geométrica para o retângulo.

---

<sup>7</sup> Embora também existissem, como o levantamento de Talamone (Itália), datado de 1306, comprova.



Reconstituição hipotética dos núcleos originais de Caminha, Valença e Chaves  
(Trindade, 2013)

### As fundações templárias de Tomar e Nisa

Tomar e Nisa, dois núcleos pertencentes aos Templários, surgem por entre o universo de iniciativas das Ordens, como particularmente significativos, não só pela conservação das matrizes originais, como pelas semelhanças compositivas que revelam entre si.

No caso de Tomar, o núcleo que importa destacar é o da Vila de Baixo, cujo povoamento parece ter sido iniciado poucas décadas depois da Vila Alta, muralhada e anexa ao castelo. Se este núcleo, tal como castelo<sup>8</sup>, estava em plena concretização a partir dos inícios da década de 1160, como a outorga da carta de foral por D. Gualdim Pais<sup>9</sup> e a referência à doação de casas “intus castellum de Tomar iuxta murum”<sup>10</sup> indiciam, a verdade é que as primeiras referências a ruas no arrabalde, a Corredoura e a de S. João, datam logo de 1178<sup>11</sup>. Contudo, é certo que pouco tempo passado, em Julho de 1190, o que quer que existisse extramuros, sofreria os danos resultantes do violento cerco montado pelo exército almóada chefiado por al-Mansur<sup>12</sup>.

Seria preciso esperar pelos meados da segunda década do século XIII para

<sup>8</sup> Com início em 1160, como atesta a inscrição conservada na torre de menagem. Barroca, 2000: 271-276.

<sup>9</sup> Datada de 1162. Veja-se Barroca, 2000: 522-527.

<sup>10</sup> Referenciadas para 1172. Conde, 1996: 42.

<sup>11</sup> Um imóvel na Corredoura é adquirido pela ordem a Pedro Cativo; as casas da rua de S. João são legadas por D. Tomás aos Templários. Conde, 1996: 84.

<sup>12</sup> Violência relatada por inscrição do mesmo ano. Barroca, 2000: 483-491.

que a Vila de Baixo pudesse finalmente consolidar-se, o que explica que as ruas entre a Corredoura e a Riba-Fria, sejam referenciadas pela documentação desde 1314<sup>13</sup>, de resto, a mesma cronologia da primitiva igreja românica de S. João Batista<sup>14</sup>. Pelo conjunto de dados elencados<sup>15</sup> torna-se incontornável a aceitação da origem templária da “Vila de Baixo” de Tomar, iniciada ainda nos finais do século XII e consolidada no decorrer da centúria seguinte.

A partir da análise do cadastro, da toponímia e do cotejo com casos coevos, torna-se possível isolar o núcleo original, definindo a sua implantação, dimensionamento e composição morfológica. Numa plataforma delimitada a norte pela Rua da Corredoura, a sul pelo caminho da Riba Fria, a nascente pela Rua dos Moinhos e a poente pela Rua Direita, desenharam-se os quatro ou cinco quarteirões iniciais, dispostos paralelamente segundo o eixo mais longo, assim permitindo a eficaz escorrência das águas que, da colina, desciam em direção ao rio. Criaram também um tecido morfológicamente homogéneo, que nem mesmo a proximidade à igreja punha em causa. Da mesma forma, a localização do templo parece nada ter de aleatório, funcionando como elemento de articulação entre a vila de Baixo e o castelo-convento senhorial que, do alto da colina domina topográfica, visual e simbolicamente todo o núcleo urbano.

A este núcleo consolidado, o século XV trará, sob a administração de D. Henrique e, alguns anos depois, de D. Manuel, um conjunto de alterações de relevo, responsáveis pela expansão da malha mas também pelo apetrechamento com novos equipamentos e configuração de novas centralidades, caso do desenvolvimento da Ribeira, da edificação dos Estaus, da abertura da Rua dos Arcos e da praça fronteira à igreja de S. João. O facto destas *adições* incidirem sobre as margens do tecido urbano *geometrizado* e, em caso algum, colidirem diretamente com ele, ajuda a corroborar o seu carácter seminal e a sua consolidação plena em finais da Idade Média.

O miolo dos quarteirões foi profundamente transformado, não permitindo tirar ilações minimamente seguras sobre o dimensionamento dos lotes. Resta todavia a sua forma global e disposição relativa, esquema que voltamos a encontrar em Nisa, igualmente de fundação templária e cronologicamente muito próxima sendo, por isso, inevitável a comparação. Acresce que, neste caso, a persistência do cadastro é extensível às parcelas.

---

<sup>13</sup> Conde, 1996: 87.

<sup>14</sup> Conde, 1996: 45 e 133.

<sup>15</sup> Originalmente expostos por Costa Rosa (1981) e amplamente documentados, em 1989, por Alves Conde.



Com carta de foral atribuída por D. Frei Estêvão de Belmonte, mestre da Ordem do Templo entre 1226 e 1232<sup>16</sup>, os únicos elementos que podem atribuir-se com segurança ao programa original da fundação são a igreja, de que há notícia logo em 1242, e o tecido residencial. Se a muralha é posterior a 1343, data em que Frei Estêvão Gonçalves, mestre da Ordem de Cristo, comunicava ao concelho de Tomar a decisão de lançar uma sisa destinada a “se çercarem as villas de Castel Branco e de Nisa que he grande serviço de deus e del-Rey y prol do Reino se çercarem<sup>17</sup>, do castelo, desaparecido mas detalhadamente representado por Duarte de Armas e descrito no tomo dos bens pertencentes à comenda de Nisa<sup>18</sup>, não sobreviveu qualquer elemento, escrito ou material, capaz de o datar. Não deve, todavia, descartar-se a possibilidade de desde o primeiro momento ter existido uma estrutura militar, mais do que justificável no contexto de defesa do território, sobretudo tendo-se em conta a localização de Nisa no centro geográfico das terras doadas por D. Sancho I à ordem, e ponto de interseção de vias de comunicação importantes. A ser efetivamente coevo da fundação, o castelo terá sido objecto de profunda reforma no século XIV, talvez desencadeada pela edificação da cerca, como atesta o partido arquitectónico registado em 1509 por Duarte de Armas. Também dessa altura seria certamente a barbacã extensa que, precedida por um fosso em todo o lado norte, rodeava integralmente o núcleo urbano.

Assim, a aceitar-se a existência inicial de uma estrutura militar, do templo e de um núcleo compacto de casario, teríamos uma distribuição dos elementos num alinhamento que, de ocidente para oriente compreendia: o castelo, no topo mais alto da plataforma onde se implanta a vila; a igreja, contígua e ocupando praticamente o mesmo espaço da atual, embora com a capela-mor virada a nascente; por último, algo destacado, o tecido residencial de acentuada homogeneidade formal. Os quatro quarteirões retangulares alongados foram divididos num número idêntico de lotes únicos, ou seja com duas frentes de rua. Sublinhe-se como a rede viária que os delimita se constitui como um sistema duplo de ruas: ruas de frente, para onde viram as fachadas e ruas de traseira, definidas pelos muros dos quintais, sendo a importância das primeiras reforçada pela sua maior largura (20 palmos por oposição aos 15 que ocupam as ruas de traseira). Como referido, tanto os quarteirões como os

---

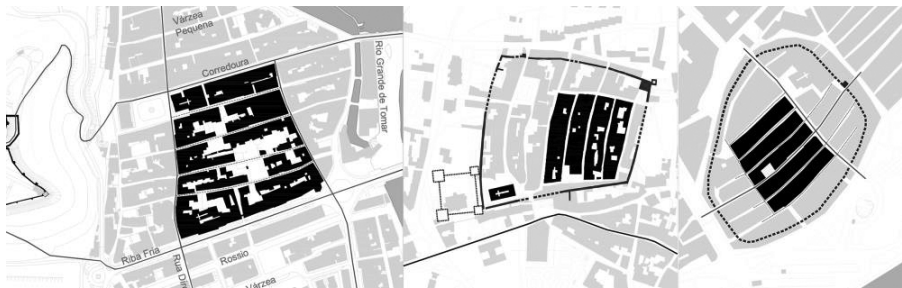
<sup>16</sup> Trindade, 2013: 349-354.

<sup>17</sup> Gonçalves, 1965: 38-45. Refira-se que já em 1937 Ruy de Azevedo mencionava a data de 1343 como o ano em que se decidira levantar as muralhas de Nisa e Castelo Branco. Azevedo, 1937: 46.

<sup>18</sup> *Livro das Fortalezas*, f. 48-49 e 125v; *Tombos da Ordem de Cristo. Comendas a sul do Tejo*, 2002: 6-8. Uma descrição pormenorizada do castelo de Nisa, com base nas duas fontes referidas, pode ler-se em Conde; Vieira, 2004: 272-274.

lotes apresentam uma dimensão regular, ocupando os primeiros, em média, 100 palmos de largura por 510 de comprimento e os segundos cerca de 15 palmos de frente. A presença dessas características torna indispensável a presença do povoador para a instituição de uma *regra*.

De acordo com esta hipótese de reconstituição do núcleo original, a relação registada entre castelo, igreja e tecido urbano, caracterizava-se pela autonomia já aqui apontada como um traço comum da prática urbanística. Sublinhe-se ainda como os três elementos se dispunham ao longo do que ainda hoje é um dos principais eixos de comunicação da região, onde, seguindo a direção dos ponteiros do relógio, entroncam os caminhos de Montalvão, Castelo de Vide, Alpalhão, Arez e Vila Velha de Rodão, cruzando-se todos eles praticamente aos pés do castelo. Além da proximidade formal à Vila Baixa de Tomar, importa, no confronto com as iniciativas régias, comparar uma e outra com a vila de Viana da Foz do Lima, fundada por D. Afonso III em 1258<sup>19</sup>.

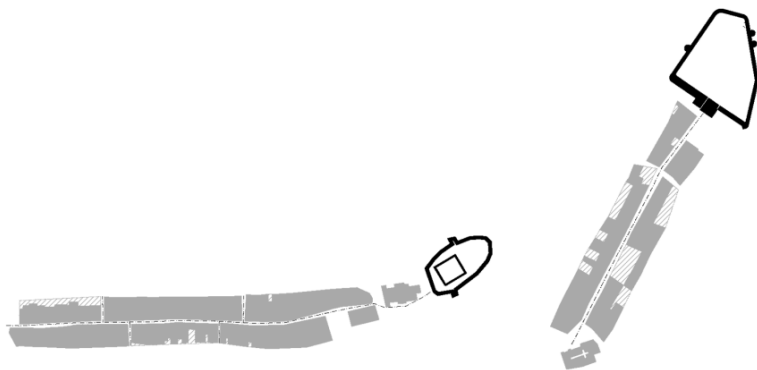


Reconstituições hipotéticas dos núcleos originais da Vila de Baixo de Tomar, Nisa e Viana da Foz do Lima (Trindade, 2013)

Não foi este todavia o único sistema compositivo a que os Templários recorreram. Numa resposta adequada à topografia, a vila de Montalvão, edificada no território de Açafa doado por D. Sancho I à ordem em 1199, constitui um exemplo típico do que podemos caracterizar como o esquema mais simples: praticamente em toda a extensão do topo do outeiro abriu-se uma rua única, linear, bordejada de ambos os lados por cerca de seis quarteirões com o lado maior ao longo do eixo. São preenchidos por casas justapostas (de acordo com o sistema construtivo de parede meã), com a fachada estreita à face da rua e quintal nas traseiras. No topo nascente, à cavaleira sobre um dos pontos onde a travessia do Rio Tejo era possível, os Templários ergueram o castelo, ao que tudo indica sobre uma estrutura militar anterior, islâmica, certamente aquela que no século X o Mouro Razis inclui na sua crôni-

<sup>19</sup> Trindade, 2013: 460-476.

ca<sup>20</sup>. Entre o castelo e o casario erguia-se a igreja matriz, criando os três elementos um longo enfiamento. O que não é, de forma alguma, caso único. Seguindo uma ordem diferente – castelo, casario e igreja – é o mesmo esquema que encontramos, por exemplo, em Terena, de cerca de 1260, tendo como promotor o nobre Gil Martins de Riba de Vizela, a quem é dado o senhorio da vila por interferência de D. Afonso III<sup>21</sup>.



Reconstituição hipotética dos núcleos originais de Montalvão e Terena (Trindade, 2013)

Voltando ao universo das Ordens, é também um esquema próximo ao que encontramos em Sines, aldeia do termo de Santiago do Cacém<sup>22</sup> que, em 1362, a pedido expresso dos moradores, vê reconhecida por D. Pedro I a sua autonomia jurídica. A elevação a vila era justificada pelo próprio monarca como “seruiço de deus e meu E grande guarda da mjnha terra porque aquel lugar sta em aquella costa do mar E pero que stando assy desçercado podia per hi aa mjnha terra recrecer grande dampno”. Na decisão do monarca terá pesado a compensação prometida pelos “homeens boons de sines [...] que se fosse mjnha mercee de os fazer jsentos da sugeiçom de santiago de cacem cuja aldea era e que fosse ujlla per ssy que elles se queriam cercar e fazer aquelle muro que ora hi he compeçado per ssyi”<sup>23</sup>.

<sup>20</sup> Coelho, 1989: 44.

<sup>21</sup> Trindade, 2013: 405.

<sup>22</sup> Território entregue à Ordem de Santiago por Sancho I, em 1186 e depois confirmado por D. Afonso II. Azevedo, 1939: 61

<sup>23</sup> *Chancelarias Portuguesas. Dom Pedro I: 323-324.*

Como fica bem explícito pelo próprio documento régio, a nova vila de Sines resulta da evolução de um pequeno povoado, aliás de tradição bem remota<sup>24</sup>. Não é, por isso, uma fundação *ex nihilo*, o que implica naturalmente uma menor liberdade de atuação. A verdade é que a simples alteração de estatuto acarretaria implicações morfológicas, quanto mais não fosse por potenciar o crescimento e, por essa via, a necessidade de apetrechamento do povoado. De acordo com o entendimento medieval de “fazer villa”, a primeira transformação de relevo associada ao novo estatuto materializava-se na edificação da cerca ou muralha. Neste caso, contudo, a cerca prometida pelos moradores ao rei, e que eles afirmam ter já começada, não foi concretizada de imediato. Sabemos que em finais da centúria, Sines permanecia ainda sem qualquer tipo de estrutura que a defendesse, fragilidade que D. João I reconhecia em 1395, quando isentava os moradores de servirem em qualquer fronteira do reino por serem poucos para defenderem a vila que “... estaa em porto de maar e que na dita Villa nom ha castello nem çerco nehoo em que se possam defender aos jmiguos”<sup>25</sup>. O castelo, ainda hoje existente, uma cidadela quase retangular, é já da primeira metade do século XV.

Apesar da incerteza sobre o que existiria em 1362, analisando o traçado urbano subsistente não é difícil perceber o tipo de implantação original ou o seu processo de desenvolvimento. No topo da falésia, em terreno plano, Sines estruturou-se ao longo de um eixo linear tal como Montalvão ou Terena. Mas neste caso ganham visibilidade duas características importantes: em primeiro lugar, o facto de o eixo viário decalcar um troço de um caminho que, correndo paralelo à costa, levava, no sentido nascente, a Santiago do Cacém, no sentido poente, à Ribeira e ermida da Senhora das Salas. No segmento em que é bordejado por quarteirões retangulares, divididos em lotes de fachada estreita, o caminho perde o seu caráter territorial e ganha urbanidade, convertendo-se na Rua Direita. A esta rua, única nos primeiros tempos, associaram-se outras paralelas à medida que a população aumentou e se tornou necessário expandir o casario. Esta é a segunda característica, menos visível em Montalvão, não chegando nunca a acontecer em Terena em virtude da pequena dimensão do povoado.

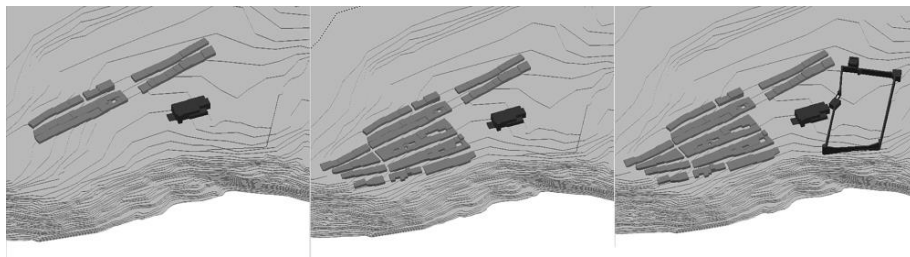
Nos casos em que o tecido assim formado não foi encerrado por um perímetro defensivo, como aconteceu em Sines, o crescimento posterior pro-

---

<sup>24</sup> São vários os vestígios romanos que atestam a existência no local de um povoado de alguma importância. Para a Alta Idade Média, existem igualmente elementos datáveis do período balizado entre os séculos VIII e XIII – maioritariamente visigóticos, mas também moçárabes, e, em menor número, islâmicos e pré-românicos – que obrigam a rever a tese da “invisibilidade de Sines” antes da Reconquista. Fernandes, 2015: 9.

<sup>25</sup> Soledade, 1973: 46.

cessa-se também através do prolongamento da Rua Direita, incorporando progressivamente novos troços do caminho. Assim resulta a conhecida forma de fuso: uma malha mais densa ao centro, junto dos principais equipamentos, para estreitar nas extremidade, na procura de uma maior proximidade ao caminho. Também em Sines quer a igreja, porventura erguida sobre um templo altimedieval, quer o castelo quatrocentista surgem à margem do tecido residencial inicial, corroborando a rotina já várias vezes encontrada.



Proposta de esquema evolutivo da vila de Sines (Trindade, 2013)

### O abandono dos núcleos altos e a consolidação de arrabaldes extramuros

Castelo Branco, entregue aos Templários, e Sesimbra, a cargo dos freires de Santiago da Espada, elucidam-nos sobre uma outra componente importante das práticas urbanísticas medievais: a construção de novos bairros fora de portas, justificáveis pelo aumento populacional ou pela preferência das populações pelas zonas mais baixas, próximas das vias de comunicação, terrestres ou fluviais, onde a vida quotidiana decorria mais fácil e ágil, particularmente para quem se dedicava à atividade mercantil.

Importa antes do mais sublinhar como este movimento foi generalizado e transversal, para além de se fazer sentir desde muito cedo. Em pleno reinado de D. Dinis é já significativo em cidades tão importantes quanto Coimbra. Terminada a Reconquista e espaçada a guerra, as populações tenderam, inexoravelmente, a abandonar os perímetros muralhados. Em vão, monarcas e concelhos tentaram contrariar a tendência, ficando os resultados sempre aquém do esperado, por amplos que fossem os incentivos ou duras as proibições<sup>26</sup>.

Isso mesmo está documentado para Castelo Branco quando, no ano de 1304, na sequência da queixa apresentada pelo comendador D. Vasco Fernandes, D. Dinis ordenou aos moradores de todo o concelho que vendessem

<sup>26</sup> Trindade, 2013: 137-140.

os seus produtos nos açougues da vila situados no castelo<sup>27</sup>. Tratava-se de pôr em prática uma estratégia que usava a atividade mercantil<sup>28</sup> como âncora para a fixação de gentes, política igualmente tentada em Coimbra, Montemor-o-Novo, Moura, Bragança ou Torre de Moncorvo<sup>29</sup>.

Em Castelo Branco a determinação não foi suficiente para resolver o problema, como o prova a mudança da política régia, expressa sob duas formas: em primeiro lugar, pela decisão de D. Afonso IV de construir uma nova e ampla cintura de muralhas<sup>30</sup>, investimento que não só sancionava o movimento populacional já em curso, como o potenciava; em segundo lugar, pela forma como o monarca e/ou a ordem terão tomado a seu cargo a urbanização da encosta. Embora não seja conhecida até hoje documentação coeva que esclareça definitivamente a iniciativa, o que não suscita dúvidas é que essa expansão foi um ato dirigido, uma ação *top-down*. É provável que tenha ocorrido logo nos inícios do século XIV, concretamente entre 1304, ano em que o rei tenta ainda reverter o processo de esvaziamento da cerca original, e 1314, data em que surge a primeira referência conhecida à Rua Nova no âmbito do “inquerito aos usos e costumes dos Templários”<sup>31</sup>. É certo que para a Rua do Mercado ou dos Mercadores, também no arrabalde, existe uma menção muito mais antiga, ainda de 1266<sup>32</sup>, mas a existência desta artéria faz todo o sentido mesmo se apenas equacionada na dependência do núcleo primitivo. De facto, correndo paralela à muralha, pelo exterior, e decalcando as curvas de nível, facilitava o acesso à Porta da Alcáçova e à igreja

---

27 Vicente, 2013: 60. Este núcleo alto, promovido pelo mestre D. Pedro Alvito no decorrer da década de 1210, permanece hoje quase totalmente desconhecido face ao abandono e destruições sofridas. Uma análise circunstanciada dos trabalhos arqueológicos realizados nesta área pode ser lida em Boavida, 2009.

28 De tudo o que se movia em torno do mercado, é paradigmático o exemplo apresentado nas cortes de 1459, pelos representantes de Lamego, atribuindo à “descida” da feira o grande prejuízo sentido pelos habitantes da cerca, habituados a arrendar as suas casas aos mercadores que a ela acorriam. Rau, 1983: 105. Sobre o papel atribuído ao mercado enquanto motor da dinamização urbana, veja-se Trindade, 2013, pp. 599-601.

29 Respetivamente: Coelho, 1993: 44; Andrade, 1976: 44; *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I*: 259-260; Coelho, 1994: 10 e Moreno, 1982: 322-325.

30 Documentação já referida a propósito de Nisa. Gonçalves, 1965. Anterior em cinco anos ao grande surto de peste negra, a muralha de Castelo Branco descreve-se, ainda, num ciclo construtivo otimista, próprio de um momento de alta demográfica, de que fazem igualmente parte as extensas cercas do Porto e de Évora, erroneamente conhecidas como “Fernandinas”.

31 Castelo Branco, 1985: 16-17.

32 Cardoso, 1953: 229-238.

de Santa Maria em cujo adro se realizavam as trocas comerciais, direção expressa no próprio topónimo desse eixo<sup>33</sup>.

O mesmo não acontece para a Rua Nova que, subindo a festo, atravessa toda a extensão do arrabalde. É ela, de resto, que divide o arrabalde em duas zonas de características diferentes<sup>34</sup>: a de povoamento denso, a norte, e a de ocupação mais rarefeita, a sul, situação que se mantém nos séculos seguintes e que Duarte de Armas regista de forma muito evidente, preenchendo a área a sudoeste da Alcáçova e sul da Rua Nova (à esquerda em ambas as vistas) com amplas zonas de cultivo, recortadas por muros de pedra e cercas de pau.

É justamente na ocupação a norte da Rua Nova que ainda hoje facilmente se identifica uma matriz marcadamente regular. Trata-se de um conjunto de extensos eixos retilíneos, as ruas da Ega, dos Oleiros e dos Peleteiros, que, correndo paralelamente encosta abaixo, são literalmente atravessadas por ruas de nível cujo carácter secundário (embora fundamental como forma de agilizar a circulação) é acentuado, não só por uma largura menos generosa como pelo seu curto desenvolvimento, em virtude do intencional desfasamento com que foram rasgadas<sup>35</sup>. Terá sido este sistema de rua-travessa a constituir o coração do novo arrabalde cujo dinamismo é expresso tanto pelos próprios topónimos como pela proximidade da judiaria, situada por detrás da Rua da Ega<sup>36</sup>. É neste mesmo espaço, aliás, concretamente na Rua da Ega e na vizinha rua da Misericórdia, que se detetam alguns dos portais domésticos mais antigos, sendo o da última artéria, em arco apontado, tradicionalmente identificado como pertencendo à antiga sinagoga de Castelo Branco<sup>37</sup>.

---

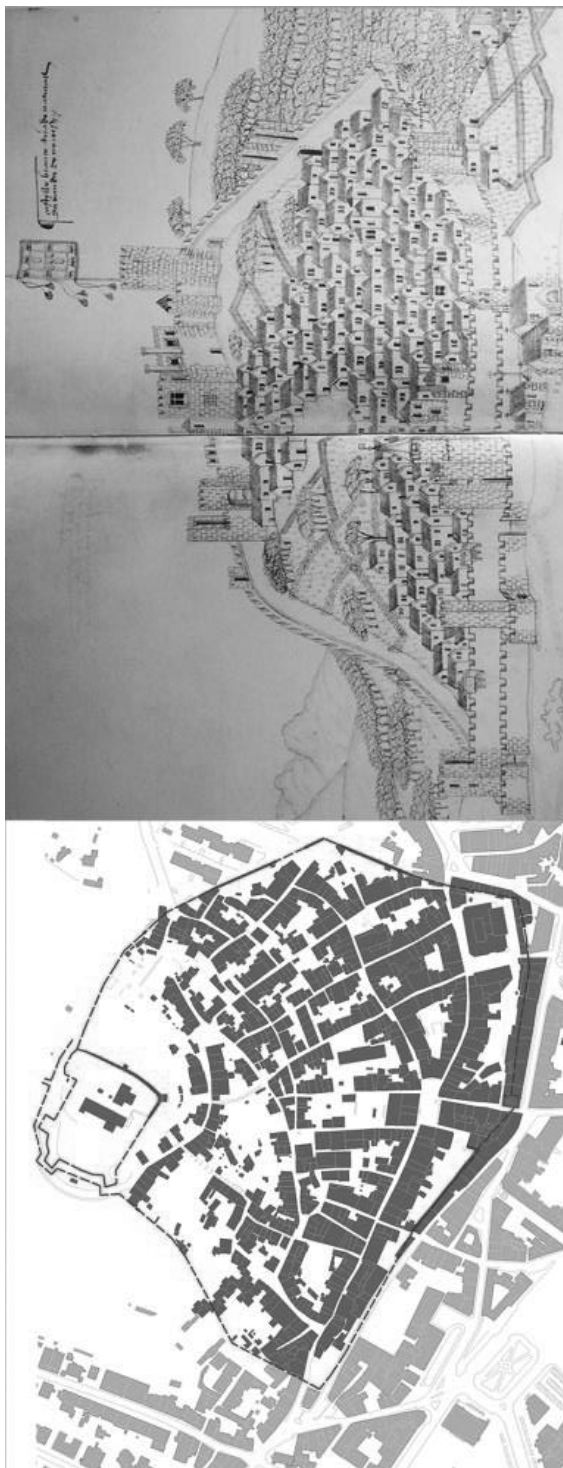
<sup>33</sup> Na porta lateral do primitivo templo estavam inscritas as medidas do concelho. Oliveira, 2003: 30.

<sup>34</sup> Moura, Moura e Cruz 2009, p. 32. Centrado no exame detalhado do vasto casario quinhentista que ainda hoje marca o tecido urbano, o exaustivo estudo de Ana Luísa Moura, Carlos Machado e Moura e Pedro Castro Cruz assume-se como incontornável para a descodificação da estrutura urbana de Castelo Branco, sendo os seus resultados aqui seguidos.

<sup>35</sup> Moura, Moura e Cruz, 2009, pp. 28-29.

<sup>36</sup> Castelo-Branco, 2008, p. 27. Sobre a proximidade (ou coincidência) das judiarias aos centros mercantis veja-se Trindade, 2013: 514-551, onde igualmente surge compulsada a principal bibliografia sobre o tema.

<sup>37</sup> Moura, Moura e Cruz 2009: 88-89 e 100-101; Alves, 1973; Castelo Branco, 2008, 12-13.



Planta de Castelo Branco e vista (Duarte de Armas, 1509, fl. 53)



Em Sesimbra, vila doada à Ordem de Santiago em 1236<sup>38</sup>, quando D. Paio Peres Correia era comendador de Alcácer, o arrabalde surge consideravelmente mais distanciado do núcleo primitivo, constituindo praticamente uma vila nova: a chamada Póvoa da Ribeira de Sesimbra, junto ao porto e inteiramente dedicada às atividades marítimas. Na realidade, a localização do castelo<sup>39</sup> no topo de um “cerro íngreme e áspero”<sup>40</sup>, distante do principal eixo de circulação que ligava Setúbal a Coima e afastado do mar, quase só respondia a funções de atalaia e defesa, vocação manifestamente insuficiente para lhe garantir a sobrevivência no decorrer dos séculos. É essa mesma função que em 1366 D. Pedro valoriza: “uma das boas fortalezas que no meu reino havia pelo qual lugar se guarda a minha terra dos inimigos que andam pelo mar desde o cabo de São Vicente até Galiza, pelas marinas, por velas e atalaias e sinais certos que entre si fazem e hão-de fazer”<sup>41</sup>. Não admira, por isso, que em 1496 a vila alta fosse transformada em couto de homiziados e algumas décadas depois, com a descida da Casa da Câmara, definitivamente preterida em benefício da póvoa ribeirinha. É esse o panorama expresso no numeramento de 1527-32: dos 343 moradores em Sesimbra, apenas 5 viviam ainda no interior da cerca<sup>42</sup>.

---

38 Definitivamente reconquistada por Sancho I em 1199, a urgência em povoar e organizar a região fica bem patente pelas várias medidas régias tomadas nos anos subsequentes: outorga da carta de foral em 1201, entrega a um contingente de colonos francos e, finalmente, doação aos freires de Santiago. Conde, 2003.

39 Um velho *hisn* islâmico que D. Sancho I mandara reconstruir “a partir dos alicerces”, campanha que a ordem terá continuado, porventura com a construção da cerca em torno da povoação. Apesar das iniciativas anteriores, o importante papel que os freires terão desempenhado na organização e consolidação de Sesimbra pode ser inferido através da alegação que os freires portugueses de Santiago fizeram ao Papa, entre 1319-1329, onde afirmavam ter construído o castelo, a igreja e a vila. Livro dos Copos. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. I, n.º 7, 2006, doc. 66, fols. 53-61, p. 160.

40 Oliveira, 2004: 302.

41 *Chancelarias portuguesas. D. Pedro I*, p. 518.

42 Oliveira, 2004: 305.



Planta da Vila de Sesimbra de c. 1570 (BNRJ ARC.016.08.004 on Cartografia) e fotografia aérea (2015)

O interesse do arrabalde entretanto formado reside sobretudo na persistência do traçado no decorrer dos séculos, aspeto que encontra no levantamento quinhentista de Sesimbra conservado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro<sup>43</sup> uma prova irrefutável. São de facto fortíssimas as similitudes entre a malha atual e a que existia em torno de 1570. Encaixada entre dois morros, a vila aproveita as terras planas junto à enseada, estratégicas para as artes da pesca. Do tecido construído, os quarteirões situados a poente do caminho que levava ao castelo, apresentam uma vincada regularidade há muito notada por diversos autores<sup>44</sup>. No seu conjunto e na sua disposição perpendicular à costa, formando a típica espinha de peixe, constituem uma unidade morfológica coesa.

O principal problema que se coloca é, naturalmente, o da datação deste núcleo, que chega ao século XVI inteiramente consolidado e já muito dilatado para nascente. Os dados compulsados permitem apontar para uma formação ainda no século XIII: já em 1252 parte dos rendimentos recebidos pela igreja de Santa Maria do Castelo provinham do mar; em 1255, Afonso III doou os direitos das pescarias de Sesimbra à Ordem de Santiago. O dinamismo da pesca fica patente nas autorizações que simultaneamente concede aos pescadores: o uso dos eixidos para salgar e estender o pescado ou consertar redes, e, mais importante para o nosso objetivo, erguerem “cabanas in terra”<sup>45</sup>; três décadas depois, em 1282, regista-se a presença de um alcaide do mar em Sesimbra e, finalmente, em 1322, a comunidade de pescadores está já suficientemente organizada para se queixar ao rei da forma como o comendador exerce os direitos de cobrança da dízima do pescado<sup>46</sup>. Na realidade, a Póvoa da Ribeira de Sesimbra, resultante de uma comunidade de pescadores precariamente instalada na praia desde meados do século XIII, parece consolidar-se enquanto vila no reinado de D. Dinis.

Três outros exemplos, o primeiro na órbita dos Espatários, o segundo incluído nos territórios entregues à Ordem do Templo/Cristo e o terceiro sob jurisdição da Ordem de Avis, rematam esta breve incursão pela prática de expansões dirigidas fora de portas: o arrabalde do Troino, em Setúbal, o arrabalde da Feira, em Évora, e o bairro extramuros de Veiros.

Tal como em Sesimbra, o arrabalde do Troino em Setúbal<sup>47</sup>, implantado a poente do núcleo muralhado, terá desempenhado funções similares às da

---

<sup>43</sup> Moreira, 1997:194.

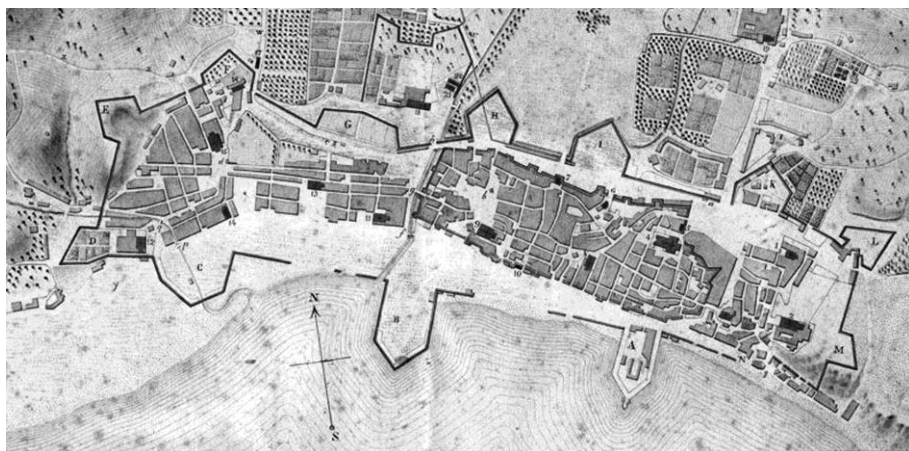
<sup>44</sup> Serrão; Serrão 1997; Moreira, 1997:194.

<sup>45</sup> Conde, 2003:267

<sup>46</sup> Oliveira, 2004: 304.

<sup>47</sup> Para a génese e desenvolvimento do arrabalde do Troino é essencial a consulta de Silveira, 2014:117-137, cujas conclusões aqui se seguem.

Póvoa de Sesimbra e, tal como esta, parece desde cedo ter sido protegido e potenciado pelos freires. Na realidade o facto de em meados do século XIII Setúbal ser identificada como uma das povoações ribeirinhas da região de Lisboa com maior dinamismo no âmbito das atividades marítimas<sup>48</sup>, explica que logo em 1321 tenham surgido as primeiras notícias sobre o arrabalde, a propósito de uma transação de casas levada a cabo pelo mestre dos espatários, D. Pedro Escacho. A consolidação do bairro é, aliás, atestada pela menção, escassos sete anos depois, à “albergaria nova que se ora faz em Setuval en logo que chamam Trouno”<sup>49</sup>.



Pormenor da *Planta da Vila de Setuval*, levantada por Maximiano José da Serra em 1805  
(Biblioteca do Exército, cota: 3810-4-56-50 DSE CRT 2003)

Decalcando uma vez mais o caminho que, paralelo ao Sado, seguia em direção à Arrábida implantou-se a Rua Direita, bordejada por quarteirões particularmente estreitos e compridos, com o lado maior paralelo à via. A forma como surgem subdivididos em parcelas diminutas, remete certamente para a simplicidade das cabanas de pescadores que as antecederam e de que, de certa maneira, constituem a *petrificação*. O crescimento do bairro e o interesse que a ordem lhe atribui nos séculos seguintes, comprova-se por documentos dos inícios de Quinhentos, onde não só se confirmam contratos anteriores, como se atribuem cartas de sesmaria, impulsionando a construção de casario novo.

---

<sup>48</sup> Fernandes, 2004, 292.

<sup>49</sup> Silveira, 2014:125.



Palta de Évora, com destaque para o Arrabalde da Feira

O caso de Évora é particularmente significativo por se tratar de um vasto conjunto de propriedades contíguas, cerca de 100 de acordo com o tombo realizado em 1509, embora originalmente devessem ser mais, construídas em território doado aos Templários e que viria a configurar parte do Arrabalde da Feira, a sudoeste da Praça do Giraldo<sup>50</sup>. Tendo por eixo principal a Rua do Malfo-ro, o bairro forma com as restantes vias – Espartaria, Correeiros e Touros – uma malha bastante regular, na qual Ângela Beirante e João Alves Dias identificaram grandes semelhanças entre a realidade atual e a descrita no tombo.

---

<sup>50</sup> Com base no Tombo de 1509, o Arrabalde da Feira foi detalhadamente estudado por Beirante; Dias, 1995: 61-79.

O crescimento dos arrabaldes de Évora, que a cerca nova, iniciada por D. Afonso IV, virá encerrar, é uma oportunidade para comprovar a transversalidade de práticas urbanísticas na época, independentemente do seu promotor ser o rei, o bispo, o concelho ou as Ordens. Com efeito, a generalidade dos novos bairros que envolvem o núcleo antigo de Évora, e em cujo desenvolvimento o bispo e o cabido desempenham um papel importante, adoptam invariavelmente a mesma lógica compositiva. Mas o bairro evidencia ainda uma prática comum, adoptada quando os quarteirões têm duas frentes e os lotes (quase) se encostam costas com costas: uma faixa de terreno estreita, para a qual a esmagadora maioria das casas abre um postigo<sup>51</sup>, e que em situações como esta, de maior densidade construtiva, ajuda a resolver necessidades de arejamento, despejos e iluminação. Noutros contextos em que o espaço fosse mais generoso, optava-se pela versão de quintal nas traseiras, originando miolos de quarteirões ociosos a par de frentes de ruas cerradas.

Veiros constitui o terceiro caso e o mais complicado dos três, pelo pouco que se sabe relativamente à forma como a povoação integrou os domínios da Ordem de Avis<sup>52</sup>, embora a segunda metade do século XIII seja unanimemente apontada como o período crucial. Com efeito, o ano em que D. Afonso III outorga a carta de foral, 1258, é entendido por alguns autores como sendo aquele em que a vila foi fundada e povoada pela ordem<sup>53</sup>. Se é certo que os freires aí tinham propriedades em 1273<sup>54</sup>, a primeira evidência segura do seu papel na região surge apenas em 1299, data em que D. Martim Fernandes está documentado como o comendador em exercício<sup>55</sup>.

Qualquer que fosse o desenvolvimento da vila nessa cronologia, os anos que se seguem comprovam o interesse do monarca e da ordem na estrutura defensiva da vila, registando-se uma campanha de obras no âmbito da qual se ergueu a torre de menagem, hoje desaparecida<sup>56</sup>. As dimensões acanhadas da cerca<sup>57</sup> ter-se-ão revelado, a breve trecho, insuficientes para albergar a

---

<sup>51</sup> Beirante; Dias, 1995: 68.

<sup>52</sup> Costa; Pimenta, 2012: 153.

<sup>53</sup> Azevedo, 1937:59.

<sup>54</sup> Cunha, 1989:130.

<sup>55</sup> Cunha, 1989: 57.

<sup>56</sup> Destruída em 1662, no contexto das guerras da Restauração, da torre de menagem subsiste a inscrição que sobrepujava a porta, registando o início das obras em 20 de Maio de 1308, bem como os nomes de D. Lourenço Afonso, mestre da Ordem de Avis que “pos a primeira pedra em o fundamento” e de Pero Abrolho, mestre responsável pela construção. Barroca, 2000:1348-1352.

<sup>57</sup> Porventura de origem islâmica, como parece indicar a porta de arco em ferradura aí

população, potenciando o crescimento de um bairro extramuros, a nascente da alcáçova<sup>58</sup>. É essa estrutura que importa sublinhar. Com efeito, ao contrário do intramuros onde, à exceção dos dois templos (re)erguidos já nos séculos XVI e XVII (matriz e misericórdia) praticamente todo o miolo urbano desapareceu, no arrabalde observa-se uma mancha construída de marcada regularidade. Esta unidade morfológica, particularmente visível a partir de fotografia aérea, compõe-se de um conjunto de grandes quarteirões, com parcelas à face das ruas e interior vazado por quintais, que, para além de apresentarem dimensões muito aproximadas, se inscrevem numa grelha de arruamentos rectilíneos e equidistantes. Veiros é, por tudo isso, no âmbito do urbanismo português, um caso a merecer um estudo aprofundado que possa clarificar o seu processo de morfogénese.



Fotografia aérea de Veiros (2015)

---

existente (Carvalho; Fernandes, 1997: 197), mas reconstruída ou melhorada no reinado de D. Dinis, a acreditarmos em Rui de Pina. Pina, 1729: cap. XXXII: 94.

<sup>58</sup> Alguns dados atestam a pujança de Veiros na transição do século XV para o XVI: em 1490 era uma das comendas da Ordem de Avis com maior rendimento. Cunha; Pimenta, 1987: 307 e, em 1527-32, de acordo com o Numeramento, Veiros contaria com 296 moradores. Galego; Daveau, 1986: 108.

### **A cristianização da paisagem urbana**

Palmela, Alcácer do Sal e Mértola, qualquer delas pertencente à Ordem de Santiago e, aliás, sucessivamente constituídas em sede mestral<sup>59</sup>, ilustram um outro aspeto de importância fundamental no processo de apropriação dos territórios pelas Ordens Militares: a ocupação de núcleos islâmicos consolidados, normalmente dotados de alcáçova e medina e, eventualmente, complementados por algum casario fora de portas<sup>60</sup>. Todavia, se os espaços das alcáçovas têm conseguido suscitar um interesse continuado<sup>61</sup>, o mesmo não se pode afirmar para a estrutura urbana, particularmente em cronologia que permita compreender de forma cabal a transição da ocupação islâmica para a cristã e o subsequente desenvolvimento desta última. Identificadas e interpretadas as principais fontes escritas, é sobretudo à arqueologia que caberá desvendar os processos de ocupação, transformação ou abandono das estruturas e equipamentos herdados pelos conquistadores.

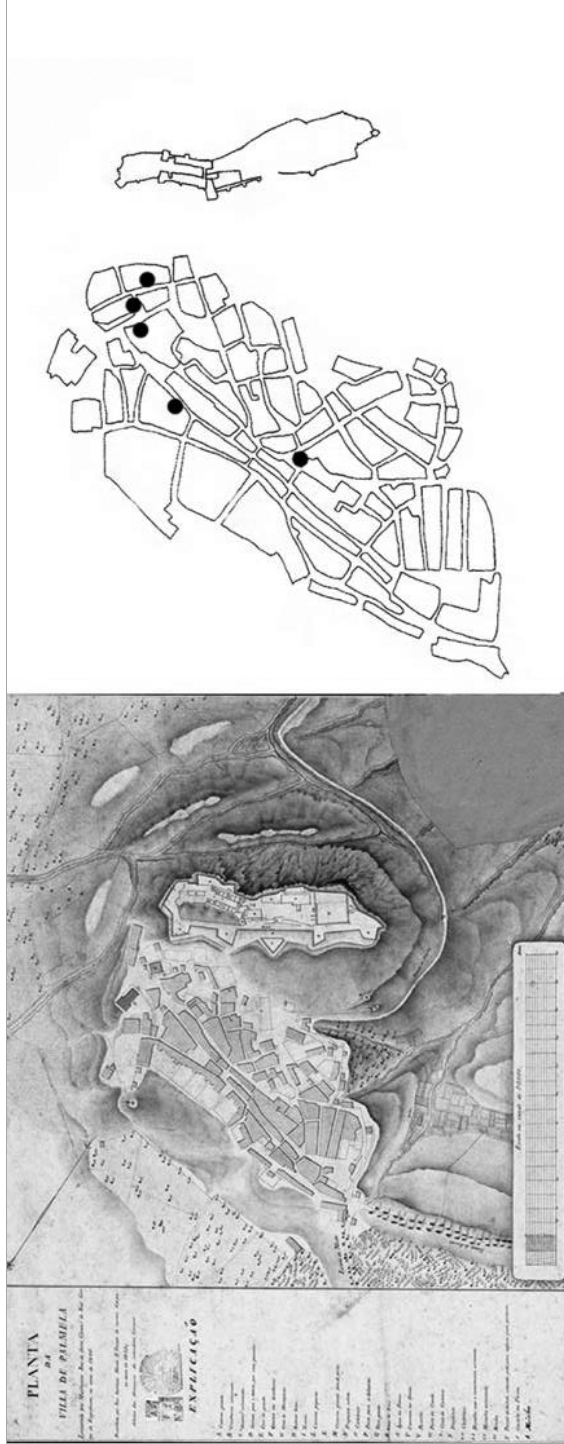
---

<sup>59</sup> Palmela poderá ter funcionado como sede mestral entre 1186 e 1191 e, seguramente, entre 1194 e 1217. Fernandes 2004: 288-289. De 1218 a 1245, esse papel é desempenhado por Alcácer, ano em que a sede conventual é deslocada para Mértola. Regressada a Alcácer em torno de 1300, fixar-se-á definitivamente em Palmela a partir do reinado de D. João I. Oliveira, 2006: 481.

<sup>60</sup> Em Alcácer do Sal, a Alcáçova, descrita pelo cruzado franco Gosuino, como o castelo “mais ameaçador” é reservada ao uso dos freires que aí centralizam os seus principais equipamentos: o convento, os paços do comendador e a igreja de Santiago, conjunto cercado e descrito na documentação como “meysom d alcácar”. A antiga medina, por seu turno, transforma-se na vila intramuros, ou seja o primeiro núcleo conhecido como Vila de Alcácer do Sal. Não é de excluir a hipótese de já em época muçulmana contar com algum casario na encosta nascente bem como na Ribeira. Pereira, 2000: 41 e 46; Pereira, 2013: 297-298. No período de ocupação muçulmana, Palmela constituiria um hisn de carácter essencialmente rural dotado de uma pequena medina a ponde. Tudo indica que fora de portas existissem apenas algumas habitações na encosta norte. Fernandes, 2004, 275.

<sup>61</sup> Sobretudo ao nível das estruturas militares, dos conventos ou dos templos que subsistem no seu interior. Para os três casos que aqui servem de referência veja-se, entre vários outros estudos dos mesmos autores, Pereira, 2000; Fernandes, 2004 e Macias, 2006. Para uma leitura abrangente dos espaços da vida religiosa e comunitária dos freires cavaleiros ver Oliveira, 2013, 389-407.





Planta da *Villa de Palmela* levantada por Maximiano José da Serra em 1806 (Biblioteca do Exército, cota: 3107-4-47-63 DSE CRT/2003) e localização dos trabalhos arqueológicos efetuados no Arrabalde de Palmela (Fernandes, 2004)

Em Mértola, por exemplo, onde quase quatro décadas de investigação ininterrupta permitiram identificar as transformações sofridas no alcácer, a transmutação da mesquita em templo cristão ou o abandono do sofisticado Bairro da Alcáçova no período pós-reconquista (de relevância fundamental para as questões do urbanismo), não se tem verificado, todavia, um investimento paralelo no povoamento cristão que, a nascente e sul do castelo se estende por todo o morro<sup>62</sup>. Para Palmela, por seu lado, não obstante as intervenções arqueológicas realizadas no Bairro do Arrabalde<sup>63</sup> já terem permitido reconhecer as principais fases de crescimento após a Reconquista, é ainda impossível ter uma visão clara do espaço ocupado pela população cristã, seja no referido arrabalde, seja no sector oeste da cerca urbana, na antiga medina, onde os trabalhos arqueológicos incidiram sobretudo na igreja de Santa Maria<sup>64</sup>.

Na realidade, nesse complexo processo de mudança de mãos do território, garantida a entrega imediata aos vencedores dos locais de maior valor estratégico e simbólico – fortalezas e mesquitas, as primeiras normalmente mantidas e reutilizadas, as segundas sacralizadas senão o próprio edifício pelo menos o local<sup>65</sup> –, as incertezas avolumam-se no que toca ao tecido residencial, estruturas, entre nós, ainda apenas pontualmente estudadas. Para além de Mértola, atrás referida, Silves, Tavira e Lisboa<sup>66</sup> são alguns dos casos em que as campanhas arqueológicas comprovam o que pode chamar-se de “cristianização da paisagem urbana”<sup>67</sup>, seja pela alteração profunda das estruturas

---

<sup>62</sup> O vasto conjunto de trabalhos arqueológicos desenvolvidos em Mértola desde 1978, bem como as publicações daí resultantes, podem ser consultados no sítio em linha do Campo Arqueológico de Mértola no endereço: <http://www.camertola.pt>

<sup>63</sup> Fernandes, Carvalho 1997: 237-240 e Fernandes, 2005: 316-318.

<sup>64</sup> Fernandes, 2004: 265-267.

<sup>65</sup> No caso de Mértola o edifício da mesquita manteve-se na sua essência até ao século XVI, altura em que sofreu uma profunda campanha de obras. Boiça; Barros, 1999 e Macias; Torres, 2002. Para a igreja de Santa Maria do Castelo, de Alcácer do Sal, permanece a incerteza, embora a existência de vestígios materiais aponte para uma vincada manutenção do espaço sagrado: um templo romano posteriormente cristianizado seria progressivamente transformado, ainda que se discuta em que contexto: no período visigótico, já moçárabe ou mesmo califal. Fernandes, Paulo Almeida (s.d.), *Património Cultural: Igreja matriz de Alcácer do Sal*, Direção Geral do Património Cultural, disponível em linha no endereço: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74821>. Em Palmela, a sobreposição da igreja de Santa Maria sobre a mesquita é provável, embora ainda não totalmente comprovada. Fernandes, 2004: 265-266.

<sup>66</sup> Para Silves veja-se Gomes, 1998: 138 e Gomes, 2005: 26. Sobre Tavira, Covaneiro; Cavaco, 2005: 78; e sobre Lisboa, Gomes; Sequeira, 2001: 103-110.

<sup>67</sup> Trindade, 2013, 82.

habitacionais islâmicas – com destaque para o encerramento do pátio central e o *rasgar* de fachadas, e com elas a alteração inevitável de todo o sistema viário –, seja pelo seu inteiro abandono, como se verificou em Mértola, ou pela sobreposição de uma nova e radicalmente diferente matriz urbana, assente na parcela rectangular, estreita e comprida, com o lado menor virado à rua e fachada assumida.

Por razões várias, mas com destaque para as diferenças de raiz religiosa, social e jurídica, que separam os mundos cristão e islâmico medievais, a apropriação e repartição do território no decorrer da Reconquista, representou um corte que, de forma transversal, tem vindo a ser identificado por diversos investigadores<sup>68</sup>.

A sociedade cristã transforma a cidade que conquista, por requintada que seja, em função dos seus interesses e necessidades. Adapta-a a uma família do tipo nuclear em que a mulher desempenha um papel ativo numa sociedade comparativamente *extrovertida*. Casa e rua tornam-se espaços de (possível) uso contínuo, e a fachada um poderoso elemento de comunicação: para o trabalho, em primeiro lugar, reservando-se uma porta para a loja ou oficina, encostando-se uma banca ou tabuleiro onde se expõem as mercadorias; mas também para convívio dos que aí habitam, dos compradores ou dos viajantes. Não menos importante, a fachada converte-se num espaço privilegiado de manifestação: de poder e posses, recorrendo a pedras de armas, inscrições ou elementos decorativos vários, ou até de sentimentos colectivos, engalanando-se com colchas e ramos nos momentos de festa e procissão.

Esse é, de facto, um aspeto crucial a associar à alteração da parcela: a cidade transfigura-se também em função de uma nova relação entre espaços público e privado, não só porque, ao contrário da islâmica, não obedece a um zonamento rígido – as funções residencial e comercial convivem num mesmo imóvel e numa mesma rua, alterando toda a lógica da rede viária – como sobretudo pelo estabelecimento de uma dinâmica profundamente diferente na relação entre poderes público e privado. Se a cidade islâmica medieval se caracteriza por uma gestão quotidiana baseada numa relação de forças em que o poder público tende a demitir-se e a deixar prevalecer a ação dos privados enquanto proprietários de pleno direito (até ao limite em que alguém se sinta prejudicado); na cidade cristã assiste-se a um controlo crescente por parte do poder, municipal e régio, cada vez mais atuante e limitativo dos direitos dos privados, na esmagadora maioria já de si coartados pelo regime de arrendamento e por um conjunto de cláusulas que defendem o proprietário e a propriedade.

---

<sup>68</sup> Torres; Macias, 1997: 43 e Torres; Macias, 1995: 153. O desenvolvimento deste aspeto pode ser acompanhado em Trindade, 2013: 68-82 (particularmente).

Todas essas razões, associadas à urgência de defesa e povoamento, designam que em grande medida explica a natureza dirigida do processo, justificam as matrizes urbanas encontradas nos territórios confiados aos freires cavaleiros: a prevalência das vias sobre o casario; o seu carácter aberto e fluido; um parcelário rígido e estável de parcelas alinhadas e limites vigiados. Por isso surgem impostas onde existia uma outra materialidade, como em Albufeira, ou implantadas em território *ex novo*, como sucedeu em Avis, os dois casos que rematam este percurso.



Fotografia aérea de Albufeira (2015) e planta de Avis

A vila de Albufeira foi conquistada em 1248 por D. Paio Peres Correia e doada em 1250 por D. Afonso III à Ordem de Avis<sup>69</sup>. Da muralha que circundava a alta plataforma rochosa em que assentava e que, juntamente com o braço de mar que entrava pelo território, lhe conferia invulgares condições de defesa, praticamente nada resta, Sobrevive porém um cadastro marcado por ruas perpendiculares ao mar e paralelas entre si, praticamente equidistantes. Estrutura que, como sublinhou Mário Varela Gomes, não será já da al-Buhayra descrita nas crónicas, mas decorrente das alterações registadas após a reconquista<sup>70</sup>.

O caso de Avis é diferente. Em 1211 os freires receberam de D. Afonso II um extenso domínio com a obrigação de edificar um castelo e povoar a região, seguramente com o intuito de barrar as incursões almóadas que, vindas de Elvas e Badajoz, ameaçavam as posições do Tejo<sup>71</sup>. O local escolhido foi uma colina alta, estrategicamente sobranceira à Ribeira de Seda no ponto em que o seu curso bifurca, situação com evidentes vantagens defensivas.

A outorga de duas cartas de foral, uma em 1218, outra em 1253, provam o esforço conjunto do monarca e da ordem na organização e povoamento do território. Em 1223, quando a sede da milícia transitou de Évora para Avis, já a igreja e o castelo estavam concluídos, tendo sido neste último que se instalou o convento dos freires<sup>72</sup>. A poente do castelo-convento e em toda a extensão da colina ovalada, o casario veio ocupar maioritariamente a vertente sul (ainda hoje a mais densamente construída), formando quarteirões que bordejam duas ruas paralelas e lineares, ainda que suavemente moldadas pela curvatura da encosta: a principal, no ponto mais alto e ligando o convento à porta de acesso à ribeira; uma secundária, correndo a sul da anterior<sup>73</sup>. No topo e praticamente em posição central, mas destacado da mancha residencial, define-se um ponto de centralidade pela concentração de equipamentos fundamentais à vida da comunidade: a igreja de Nossa Senhora da Orada, cujas referências mais antigas conhecidas são do século XV mas que deverá ser anterior; a casa da câmara, um dos raros exemplares do século XIV que chegaram à atualidade, ainda que alterado<sup>74</sup>; e o pelourinho, já em versão quinhentista. Tudo indica que um dos primeiros bairros a formarem-se fora de portas tenha sido aquele que, a noroeste, bordejava o caminho

---

<sup>69</sup> Chancelaria de D. Afonso III, fl. 43v.

<sup>70</sup> Gomes, 2001:337.

<sup>71</sup> Azevedo, 1937: 59.

<sup>72</sup> Oliveira, 2013:392.

<sup>73</sup> Albergaria, 2007: 284-285

<sup>74</sup> Rodrigues, 1999: 303-307; Trindade, 2012: 216.

que descia para a Ribeira de Seda e que, desde a porta da cerca dos freires passando pela igreja, atravessava todo o núcleo definindo o principal eixo de circulação.

Sublinhando de novo o muito que há a fazer neste domínio – o estudo dos núcleos urbanos portugueses surgidos sob responsabilidade das Ordens Militares – e voltando à questão inicialmente colocada, nada até agora permite apontar uma qualquer diferenciação relativamente a outras iniciativas congêneres régias ou senhoriais. As fórmulas surgem idênticas, as dificuldades sentidas e os tempos de atuação também. Um mesmo esforço nas tarefas de defesa e povoamento e a estreita relação que os monarcas mantiveram com as milícias pode eventualmente justificar essa proximidade de soluções e práticas. O processo de nacionalização das Ordens, a ingerência do rei na escolha dos mestres e o crescente controlo exercido pela coroa<sup>75</sup> serão certamente factores de peso nessa proximidade. Todavia, é sobretudo no curso do século XIV que se fazem sentir, ou seja, quando a esmagadora maioria dos núcleos estava já consolidada.

Seguindo este mesmo raciocínio, em cronologias anteriores o carácter internacional das ordens permitiria equacionar outras influências, eventualmente capazes de marcar a atuação dos monges guerreiros no território português, de que podem ser indício a adopção de topónimos como Nisa, Montalvão, Tolosa ou Arez, a importação de algumas novidades como a torre de menagem e o alambor ou os paralelos formais encontrados entre Castelo Branco e a homónima Chastel Blanc, fortaleza erguida pelos Templários no Condado de Tripoli<sup>76</sup>.

Na verdade, porém, ampliando a questão à escala nacional onde os contactos com o exterior foram igualmente intensos, no que toca à cidade é em vão que se procura uma qualquer *originalidade portuguesa*, quer enquanto instrumento de reorganização do território quer nos resultados obtidos. Na atuação régia como na das milícias, parece tratar-se de uma cultura urbanística europeia, de origem difusa e aplicação transversal. Se algo foi ditado pelas circunstâncias portuguesas foi a pequena escala dos núcleos e a modesta urbanidade, o que também não é especificamente português.

---

<sup>75</sup> Oliveira, 2006:476-477.

<sup>76</sup> Oliveira, 2002: 910-911.

**Bibliografia**

- ALBERGARIA, Henrique (coord.) (2007), *Vilas medievais planeadas de Portugal. Reinados de D. Afonso III e D. Dinis*. Coimbra: IERU.
- ANDRADE, António Banha de (1976), *Montemor-o-Novo, Vila realenga*. Lisboa: Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo – Academia Portuguesa de História.
- ARMAS, Duarte de (1997), *Livro das Fortalezas*, fac-símile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, intr. de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: ANTT-Inapa.
- AZEVEDO, J. Ayres de (1899), “Origens de Villa Real”, *O Instituto*, vol. VIII-XI. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- AZEVEDO, Ruy de (1937), “Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores”, *História da expansão portuguesa no mundo*, vol. I. Lisboa: Ática.
- BARROCA, Mário Jorge (2000), *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 4 vols.
- BEIRANTE, Maria Ângela; Dias, João J. Alves (1995), “O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do século XVI”. In *Estudos de Arte e História, Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Vega.
- BOAVIDA, Carlos (2009), *Castelo de Castelo Branco: Contributo para o Estudo de uma Fortificação da Raia Beirã*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa.
- BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Rombouts de (1999), “A mesquita-igreja de Mértola”. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.), *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura: actas do III Encontro sobre Ordens Militares*. Lisboa: Colibri; Palmela: Câmara Municipal.
- CARDOSO, J. Ribeiro (1953), *Castelo Branco e o seu Alfoz: achegas para uma monografia regional*. Castelo Branco: Livrarias Semedo e Feijão.
- CARVALHO, António Rafael; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (1997), “A porta muçulmana do Castelo de Veiros”. *Arqueologia Medieval*, 5. Porto-Mértola.
- CASTELO-BRANCO, Manuel da Silva (1985), “Subsídios para o Estudo da Toponímia Albicastrense no Séc. XVI”, *Adufe*, Revista Cultural de Idanha-a-Nova, 2.
- CASTELO-BRANCO, Manuel da Silva (2008), “A Comuna judaica da Vila de Castelo Branco (1381-1496). In *Actas das Primeiras Jornadas do Património Judaico da Beira Interior*. Trancoso e Belmonte.

- Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, ed. de A. H. de Oliveira Marques, transcrição de Iria Gonçalves e Maria José Pimenta Ferro Tavares. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova – Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.
- COELHO, António Borges (1989), *Portugal na Espanha Árabe*. Editorial Caminho.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1993), *A feira de Coimbra no contexto das feiras medievais portuguesas*. Coimbra: Inatel.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1994), “Bragança medieval em tempos de feira e de festa”, *Brigantia, Revista de Cultura*, vol. XIV, n.º 3/4. Bragança.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves (1996), *Tomar Medieval, O espaço e os homens*. Cascais: Patrimonia.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves (2003), “Sesimbra, Sobre a Costa do Mar (Séculos XII-XIII)”, *Arquipélago. História*, 2ª série, VII. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves; VIEIRA, Marina Afonso (2004), “A paisagem urbana do Nordeste Alentejano entre a Idade Média e os Tempos Modernos”. In *D. Manuel e a sua época. Actas do III Congresso Histórico de Guimarães, 3ª Secção – População, sociedade e economia*. Guimarães: Câmara Municipal.
- COSTA, Paula Pinto; PIMENTA, Maria Cristina (2012), “Veiros, uma localidade da Mesa Mestral da Ordem de Avis, objeto de uma sentença de D. João III (1531)”. *População e Sociedade* vol. 20. Porto: CEPESE.
- COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra (2005), “Casas islâmicas da Cerca do Convento da Graça – Tavira. Nota preliminar”. *Arqueologia Medieval*, 9. Porto: Afrontamento.
- CUNHA, Maria Cristina de Almeida e (1989), *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- CUNHA, Maria Cristina de Almeida; PIMENTA, Maria Cristina (1987), “A Comenda de Albufeira da Ordem de Avis nos inícios do Século XV: breve abordagem”. In *Actas das I Jornadas do Algarve e da Andaluzia*. Loulé: Câmara Municipal.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2004), *O Castelo de Palmela: do islâmico ao cristão*. Lisboa: Colibri-Câmara Municipal de Palmela.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2005), “Palmela no período da Reconquista”. In BARROCA, Mário; FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*. Palmela: Câmara Municipal; Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira; CARVALHO, António Rafael (1997),



- “Abordagem arqueológica da Palmela medieval cristã”. *Arqueologia Medieval*, 5. Porto-Mértola.
- FERNANDES, Paulo Almeida (2015), “Uma coleção de escultura para uma arquitectura perdida: o núcleo altomedieval de Sines”. In FERNANDES, Carla Varela (coord.) *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja.
- FERNANDES, Paulo Almeida (s.d.), *Património Cultural: Igreja matriz de Alcácer do Sal*, Direção Geral do Património Cultural, disponível em linha no endereço <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74821>
- GALEGO, Júlia; DAVEAU, Suzanne (1986), “O numeramento de 1527-1532. Tratamento cartográfico”, *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, 9. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- GOMES, Ana; SEQUEIRA, Maria José (2001), “Continuidades e descontinuidades na arquitetura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva”. In *Actas do Colóquio Lisboa encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos (850º aniversário da conquista de Lisboa)*. *Arqueologia Medieval*, 7. Porto: Afrontamento.
- GOMES, Mário Varela (2002), “Castelo de Albufeira: novos contributos para o seu conhecimento”. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*: actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa, Colibri; Palmela: Câmara Municipal.
- GOMES, Martins, Miguel (2014), *A arte da guerra em Portugal: 1245 a 1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GOMES, Rosa Varela (1998), “O Barlavento Algarvio nos finais da islamização”. In *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- GOMES, Rosa Varela (2005), “Da Silves islâmica à Silves da Expansão: a evidência arqueológica”, *Monumentos*, 23. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
- GONÇALVES, João Gouveia Tello (1965), “As muralhas de castelo Branco e de Nisa (sua construção)”, *Estudos de Castelo Branco: Revista de História e Cultura*, 17.
- Livro dos Copos. *Militarium Ordinum Analecta*, vol. I, 7, 2006.
- MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio (2002), *A Mesquita de Mértola*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- MACIAS, Santiago (2006), *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.

- MORENO, Humberto Baquero (1982), “O mercado na Idade Média (o caso de Torre de Moncorvo)”. *Estudos de História de Portugal, séculos X-XV*. Lisboa: Estampa.
- MOREIRA, Rafael (1997), “Uma planta de Sesimbra de cerca de 1568-1570”. SERRÃO, Eduardo da Cunha; SERRÃO, Vítor, “Sesimbra Monumental e Artística”. Sesimbra: Câmara Municipal.
- MOURA, Ana Luísa; MOURA, Carlos Machado; CRUZ, Pedro Castro (2009), *Casas Quinhentistas de Castelo Branco*. Castelo Branco: Câmara Municipal.
- OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de (2004), “Sesimbra nos finais da Idade Média: contrastes do território e exploração dos recursos”. In *D. Manuel e a sua época. Actas do III Congresso Histórico de Guimarães, 3ª Secção – População, sociedade e economia*. Guimarães: Câmara Municipal.
- OLIVEIRA, Luís Filipe (2006), “Convento de Palmela”. In SOUSA, Bernardo Vasconcelos (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- OLIVEIRA, Luís Filipe (2013), “Dos Castelos às Ordens Militares: os espaços da vida religiosa e comunitária”. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.), *Castelos das Ordens Militares. Atas do Encontro Internacional*, II. Lisboa: DGPC.
- OLIVEIRA, Nuno Villamariz (2002), “A influência do Oriente através da arquitectura militar templária: o paralelo entre Chastel Blanc e Castelo Branco. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.), *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa, Colibri; Palmela: Câmara Municipal.
- OLIVEIRA, Pedro A. Quintela d’ (2003), “O Castelo”. In SILVEIRA António; AZEVEDO, Leonel; OLIVEIRA, Pedro Quintela d’, (coord.), *O Programa Polis em Castelo Branco – Álbum Histórico*; Castelo Branco: Sociedade Polis Castelo Branco.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes (2000), *Alcácer do Sal na Idade Média*. Lisboa: Colibri.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes (2013), “O castelo espatário de Alcácer do Sal”. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (coord.), *Castelos das Ordens Militares. Atas do Encontro Internacional*, I. Lisboa: DGPC.
- PINA, Rui de, *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe Dom Diniz, sexto rey de Portugal* (fielmente copiada do seu original por Miguel Lopes Ferreyra). Lisboa Occidental: Off. Ferreyriana, 1729. [disponível em linha no endereço <http://purl.pt/313>].
- RAU, Virgínia (1983), *Feiras medievais portuguesas: subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Presença.

- RODRIGUES, Jorge (1999), “Os Paços medievais de Avis”. In BARROCA, Mário Jorge (coord.), *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ROSA, José Inácio da Costa (1981), “Nascimento e evolução urbana de Tomar até ao Infante D. Henrique”, *Boletim Cultural e informativo da Câmara Municipal de Tomar*, 2.
- ROSSA, Walter (2000), “A arte inconsciente da comunidade”, *História*, 27.
- SERRÃO, Eduardo da Cunha; SERRÃO, Vítor (1997) – “Sesimbra Monumental e Artística”. Sesimbra: Câmara Municipal.
- SILVEIRA, Ana Cláudia (2014), “A afirmação de um espaço periférico medieval: o arrabalde de Troino em Setúbal”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo de Sousa (coord.), *Evolução da Paisagem Urbana: Cidade e Periferia*. Braga: CITCEM – IEM.
- SOLEDADE, Arnaldo (1973), *Sines, terra de Vasco da Gama*. Sines: Junta Distrital de Setúbal.
- SOUSA, Armindo de (1993), “1325-1480: Condicionismos básicos”, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal: A monarquia feudal (1096-1480)*. Lisboa, Círculo de Leitores.
- SOUSA, Fernando de (1989), *Vila Real. A memória de uma cidade*, Separata da Revista da Faculdade de Letras. Porto.
- TEIXEIRA, Ricardo (coord.) (2008), *Vila Velha – Novas memórias*. Vila Real: Câmara Municipal.
- Tombo da Ordem de Cristo: Comendas a sul do Tejo (1505-1509)*, org. de Iria Gonçalves. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1995) – “A arte islâmica no Ocidente andaluz: a arquitectura e as artes”, PEREIRA, Paulo (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores.
- TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (1997), “A islamização do Gharb al-Andalus”, *Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- TRINDADE, Luísa (2012), “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo de Sousa (coord.), *Evolução da Paisagem Urbana – Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM.
- TRINDADE, Luísa (2013), *Urbanismo na composição de Portugal*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VICENTE, Maria da Graça Antunes Silvestre (2013), *Entre Zêzere e Tejo: propriedade e povoamento (séculos XII-XIV)*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa.

